

DELFIN E CAMPOS PEDEM REFORMA

Para eles, fechado o acordo da dívida se impõe a modernização da economia.

Na opinião dos deputados e ex-ministros Roberto Campos (PDS-RJ) e Delfim Netto (PDS-SP), a assinatura do acordo com os bancos credores, com redução de 35% da dívida, é antes de tudo um voto de confiança dos banqueiros no País. Ao contrário do Brasil, países como México, Argentina e Chile resolveram primeiro seus problemas econômicos internos para depois acertarem os seus respectivos acordos externos, lembraram os deputados.

Eles recomendam que o País responda a essa confiança com uma reforma econômica ampla e modernizadora. Para Campos, o Brasil ainda é o país mais protecionista da América Latina — e também o detentor da maior inflação. “A Argentina está com uma inflação mensal de 0,7%, o México com uma taxa anual de 18%”, argumenta. “Esses países estão com suas



Delfim: prazo apertado.

economias mais livres que a nossa, pois a alíquota média de importação no México é de 9%, na Argentina é de 13,5% e Chile, 9,0%.”

Para que o acordo da dívida resulte em benefícios reais é preciso que o governo comece de fato a modernização da economia, combata a inflação e liberalize o comércio exterior. “O acordo foi importante, mas é



Campos: abertura comercial.

preciso que o aproveitemos de fato, fazendo as alterações necessárias”, afirmou Campos. Também Delfim entende que o País precisa se reestruturar rápido. “Só o acordo não basta: é preciso não esquecer que ainda vai levar de 50 a 60 dias para os bancos adiram ao acordo, e depois para a assinatura são mais cinco meses”, lembrou o deputado. “O País tem esse período

para se ajustar: se não o fizer, a situação ficará muito difícil”, advertiu Delfim. “É fácil fazer o ajuste? Com o Collor, não é.”

Delfim reiterou a necessidade de uma reforma fiscal para que o Tesouro apresente superávit primário. “Com o acordo fechado, o Brasil deixa de ter a figura de moleque no mercado internacional”, avaliou o deputado. “Passou a ser moleque por causa da moratória irresponsável de 1987, e nem o Paikã é inimitável”, ponderou. Para Delfim, os termos do acordo, baseado no Plano Brady de redução da dívida, é o reconhecimento dos bancos de que as taxas de juros elevadas dos acertos anteriores, de 18% ou 21%, elevaram as dívidas do País. “O que se fez agora foi retirar aquele ônus inesperado, causado por um ajuste na economia americana.”

Milton F. da Rocha Filho